

do sentido das brincadeiras de guerra, onde a criança confronta-se com a violência humana em nível simbólico, descobrindo e desvendando assim, mais uma partede sua cultura.

Propondo uma reflexão sobre os significados que a criança, como sujeito ativo, atribui ao brinquedo nos momentos das brincadeiras, confrontando imagens que traduzem a realidade que a cerca e que propõem universos imaginários, com representações de formas diversas e variadas, esta obra destina-se àqueles que se interessam pelas questões relativas ao brinquedo e as brincadeiras e às suas relações com a educação infantil e com o mundo da cultura.

A contribuição fundamental da presente obra, portanto, vem no sentido de considerar a existência de uma cultura infantil, de uma cultura da criança, de várias culturas das crinaças.

A PEDAGOGIA FREINET: NATUREZA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

*Eloisa A. C. Rocha**

NASCIMENTO, Maria Evelyna Pompeu do. *A Pedagogia Freinet: Natureza, Educação e Sociedade*. Campinas, S.P: Editora da UNICAMP, 1995, 79 pp.

A repercussão do trabalho do educador francês Célestin Freinet no Brasil percorreu caminhos contraditórios. Talvez tão contraditórios quanto o próprio conteúdo e o contexto de construção de sua obra.

Embora, geralmente ausente dos currículos das escolas de formação de professores, mesmo em períodos mais atuais, Freinet sustentou, sobretudo nas décadas de 70 e 80, boa parte das iniciativas de consolidação de projetos de educação “alternativa” presentes na maioria dos centros urbanos brasileiros. Estas experiências, seja por sua natureza revolucionária, seja pelas próprias estratégias pedagógicas que propunham, pareciam dar respostas concretas àqueles que buscavam se contrapor aos tradicionais modelos educativos pautados na

individualidade, na submissão e na reprodução de modelos únicos.

É exatamente neste contexto que a autora situa a sua própria experiência como educadora, da qual resultou o trabalho de pesquisa que originou este livro, onde ela busca refletir sobre as bases, as concepções, e as contribuições da pedagogia e do pensamento de Freinet, que conforme bem indica no início do trabalho, é “um pensamento construído através de experiências concretas conselhos práticos, sonhos e reflexões, citações bíblicas, expressões de humor e de poesia” (p. 14).

Com o intuito de propiciar o acesso a alguns dos conceitos mais recorrentes da obra de Freinet (natureza, liberdade, trabalho, cooperação, felicidade, harmonia), Maria Evelyna organizou este livro de 79 páginas, basicamente em três partes: I. A Pedagogia Freinet; II. Educação e História, e, III. Por uma avaliação crítica de Freinet. Cada uma destas partes compõe-se de sub-itens responsáveis por um desenvolvimento mais específico dos temas.

A primeira parte dá ao leitor uma visão geral das técnicas Freinet e de seus fundamentos calcados nas idéias de natureza, de ênfase na sensibilidade e de indissociabilidade do individual e do coletivo. A autora entende que uma trajetória de vida marcada pelo contexto de pós-guerra e de fortalecimento de regimes totalitários instigou Freinet a construir um projeto educativo original, criando ações pedagógicas baseadas no trabalho, na vida, na construção e na cooperação. Para ele era preciso captar a vida das crianças, tomando a educação significativa com técnicas que possibilitassem a entrada da realidade social na escola, pois “só a vida educa”. Daí suas técnicas pedagógicas (da aula-passeio e do texto-livre à imprensa e à correspondência inter-escolar), serem pautadas na liberação do pensamento e da criatividade e nascerem da experiência vivida e não de uma formação acadêmica. Ao orientar-se pela idéia da “prática a partir da vida”, como bem identifica esta obra, Freinet pretende, a exemplo

* Doutoranda da Faculdade de Educação da UNICAMP

de Rousseau, “formar o homem de amanhã em contato com a natureza”, colocando na educação - no artificial - o caminho para a volta à harmonia do “Estado de Natureza”. Para ele este processo se concretiza pelo trabalho, como uma das condições de vida da própria Natureza.

A segunda parte do livro volta-se para o aprofundamento das bases conceituais sobre as quais se fundaram os projetos de educação e sociedade que Freinet almejou consolidar numa constante oscilação entre o utópico e o concreto. Ao caracterizar aquilo que chamou de “O idealismo de Freinet”, a autora reconhece a utopia deste educador ao vislumbrar uma nova estrutura de escola que possibilitaria a instauração de uma sociedade mais justa. Esta expectativa corresponde àquela que recentemente temos visto ser delineado por educadores que mantêm a esperança em reorientar a contribuição da escola para a construção do novo: “ao mesmo tempo que é vista como reprodutora das relações sociais, ela (a escola) é um espaço onde as contradições se manifestam” (p. 35-36). Todavia, em Freinet esta superação não se situa no plano social, mas nas próprias aptidões individuais, que poderão, via a cooperação, desenvolver sentimentos básicos para a convivência democrática. No limite, Freinet, como muitos dos educadores românticos, pretendia fazer da escola uma microsociedade em harmonia, o que, segundo suas convicções, deveria resultar numa melhoria da sociedade como um todo. Concordo que, aquilo que para Freinet se consolidou como a própria “Pedagogia do Bom-Senso”, desconsidera as estruturas sociais, as quais extrapolam as virtudes e a harmonia que possam pretender os indivíduos, e que, por isto, tal proposta acaba por configurar-se como um projeto educativo próximo a um resultado “surrealista”. Não nego, contudo, que, por outro lado, acabe viabilizando ações pedagógicas que concretamente consigam instalar formas absolutamente antagônicas às tradicionais, reafirmando que “só a vida educa e que é preciso dissolver a escola no meio social” (p. 20).

A visão de uma pedagogia voltada para a vida e orientada por uma idéia de natureza

infantil, já amplamente discutida por Bernard Charlot em sua obra “Mistificação Pedagógica”, é identificada pela autora em Freinet como uma concepção de igualdade, própria do “Estado de Natureza”. Assim como o fazia Rousseau, Freinet aposta na infância, com sua bondade inerente e na educação, via o educador, para combater a sociedade corrompida, pois também para aquele, o homem das luzes será capaz de manter o equilíbrio entre o “amor de si” e a “piedade”.

Na parte final deste instigante livro, a autora faz valer um profícuo diálogo com diferentes interlocutores (e com ela mesma), desenvolvendo uma análise onde ao mesmo tempo a familiaridade e o distanciamento permitem uma visão lúcida e desmistificadora.

Desmistificadora quando permite descortinar o lugar da infância idolatrada que, contudo, não ocupa no projeto pedagógico de Freinet um lugar de atuação social compartilhada com o adulto, mas sim a ele subordinada. Desmistificadora também, quando aponta para a insuficiência de modelos éticos e pedagógicos dissociados do que caracteriza a própria organização social em um determinado tempo histórico, acabando por estabelecer modelos com princípios “abstratos e universalmente aplicáveis”.

Lúcida, sobretudo por afirmar toda pedagogia como social e ideológica, e por reconhecer na Pedagogia Freinet “um projeto que se a princípio acredita na escola como um espaço onde as contradições se manifestam, podendo contribuir para a formação de um “novo” homem, no interior da “nova” sociedade socialista (p. 59). Este projeto inicialmente orientado pela noção de trabalho como meio para a “escola do povo”, acaba por defini-lo como necessidade natural: “meio pelo qual progridem todos os seres vivos”.

Maria Evelynna encerra o texto com uma interessante conclusão onde estabelece uma identificação da utopia de democracia e paz em Rousseau e em Freinet, vislumbrando, deste ponto de vista, uma contribuição para o que definiu como uma “educação conforme os direitos humanos”, uma vez que Freinet admite

a ambigüidade como direito humano a ser concretizado no cotidiano escolar nas relações entre liberdade e disciplina, entre educação e trabalho, entre cooperação e individualidade consciente (p. 67-70).

Percorrer esta leitura propicia a todos os interessados em educação um excelente momento de reflexão, especialmente aos educadores que atuam na escola, ou fora dela, permite estabelecer um produtivo diálogo com suas próprias perspectivas educativas e sociais.

QUANDO A TRAMA TEÓRICA FICA POR CONTA DO LEITOR

*Ezequiel Theodoro da Silva**

BIANCHETTI, Lucídio (org.). *Quando a Trama Teórica fica por conta do Leitor*. Trama & Texto. Leitura Crítica e Escrita Criativa. Volume I. São Paulo - Plexus Editora, 1996. 192 pp.

A força das coletâneas resulta da diversidade de pontos de vista sobre um determinado tema, permitindo ao leitor o estabelecimento de semelhanças e/ou contrastes entre as idéias de diferentes autores. Em *Trama & Texto*, são onze ensaios, produzidos por dezesseis colaboradores que esquadriham o campo da leitura/escrita, nesse esquadrihamento, aparecem desde questões relacionadas aos fundamentos dos dois processos até aquelas voltadas a procedimentos pedagógicos para a sua condução crítica em sala de aula. Nas palavras do organizador do livro, “a preocupação foi lançar flashes sobre o ler e o escrever, numa perspectiva Interdisciplinar, tecnicamente plural (...)” (p. 11).

Ainda que presente o sumário do Volume II (a ser publicado), os referenciais discutidos parecem tender mais ao aprofundamento das práticas de escrita do que das práticas de leitura em sociedade e, mais especificamente, no contexto escolar. Tal tendência, entretanto, não trai o título da obra mesmo porque, em função

da complementaridade dos atos de ler e escrever, são realizadas, pelos autores, importantes incursões na esfera da leitura. Outrossim, as bibliografias que acompanham os textos são atualizadas e pertinentes, permitindo constatar não só o poder de síntese dos vários colaboradores com também o rigor na seleção de informações a respeito dos processos tematizados.

As três primeiras dissertações da coletânea (*Trabalho, linguagem e consciência: uma mediação que fundamenta a prática escolar*, de Isilda C. Palangana; *Concepção dialética de escrita-leitura: um ensaio*, de Ari Paulo Jantsch; e *A escrita e a superação do senso comum*, de Sérgio Schaefer) fornecem algumas balizas mestras para se pensar a produção da escrita. Tentando aqui, talvez arrajadamente, uma aproximação do pensamento dos três autores referidos, poderíamos afirmar que a escrita é discutida na perspectiva do materialismo dialético e, por isso mesmo, caracterizada como uma prática humanizadora e libertadora do sujeito. Daí que “ensinar a escrever é ensinar a pensar e a criar; é ensinar a conceituar, de modo a se poder apropriar-se da realidade, interpretando-o e produzindo-a” (p. 46) onde “(...) todo texto é uma leitura da realidade ou todo ato de escrever pretende ler” (p. 49).

Vale ressaltar, dentre essas reflexões iniciais, a excelente análise que Schaefer realiza do conceito de ‘senso comum’. Esse estudioso executa um minucioso levantamento histórico, de Platão a Deleuze, no intuito de aclarar as múltiplas interpretações desse conceito, acentuando que o senso comum “não é uma cognição morta, pacífica, incolor, fruto de indolência intelectual, espécie de torpor nebuloso ou algo do gênero. O senso comum se define pela necessidade de uma escolha, o que Institui o dilema, o conflito e o passo em frente que é o ato de escolher ou isto ou aquilo. Feita a escolha, institui-se o senso comum” (p. 63). Supera-se, dessa forma, a noção ligeira que trata o senso comum como uma mera folclorização de aspectos da realidade.

* Professor da Faculdade de Educação da UNICAMP